



A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA (PARU) JUNTO À COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITANCUÃ-MIRI DO MUNICÍPIO DO ACARÁ, PARÁ: ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL E O FORTALECIMENTO DOS SUJEITOS NO TERRITÓRIO

Eixo 4: Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sociojurídico

LIDIANE MARIA SIQUEIRA DAVID¹

ROSELENE DE SOUZA PORTELA²

WELSON DE SOUSA CARDOSO³

ELENIK COSTA LIMA⁴

RESUMO: O trabalho apresenta a prática extensionista do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) junto à comunidade quilombola de Itancuã-Miri do município do Acará, Pará. Essa prática advém do trabalho de assessoria aos Movimentos Sociais do PARU, programa vinculado à Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. O método de análise teórico-metodológico se fez a partir do materialismo histórico e dialético. Os procedimentos metodológicos utilizados são: pesquisa bibliográfica, documental, e de campo. A pesquisa empírica se fez do acompanhamento dos sujeitos no decurso do curso de informática desenvolvido pela via do projeto “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém”, alicerçado no PARU, essa relação contribui com o fortalecimento dos sujeitos no território.

Palavras-chave: Extensão, PARU, comunidade quilombola, fortalecimento dos sujeitos no território.

ABSTRACT: This paper presents the extension practice of the Urban Reform Support Program (PARU) with the quilombola community of Itancuã-Miri in the municipality of Acará, Pará. This practice comes from the work of advising the Social Movements of PARU, a program linked to the Faculty of Social Service, of the Institute of Applied Social Sciences of the Federal University of Pará. The theoretical-methodological method of analysis was based on historical and dialectical materialism. The methodological procedures used are: bibliographic, documentary, and field research. The empirical research was done by monitoring the subjects during the course of the computer science course developed through the project “urban policies and university actions in the metropolitan region of Belém”, based on PARU, this relationship contributes to the strengthening of the subjects in the territory.

Keywords: Extension, PARU, quilombola Community, strengthening of subjects in the territory.

INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/2611937144905714>. lidiane.david@icsa.ufpa.br.

² Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/6438556520914699>. roselene@ufpa.br.

³ Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/3892611396039907>. cardoso@ufpa.br.

⁴ Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/2611937144937295>. eleniklima7@gmail.com.



O artigo apresenta a experiência da prática de extensão do Programa de Apoio à Reforma Urbana com a comunidade quilombola de Itancuã-Miri localizado no município do Acará, Pará. Esta prática extensionista incidiu da experiência do Curso de Informática vivenciado pela comunidade quilombola de Itancuã-Miri, sendo essa realidade construída pela via do projeto “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB”, alicerçado no PARU, sendo uma relação que contribuiu com o fortalecimento dos sujeitos no território, como também, incentivou a busca por conhecimento e capacitação para o mercado de trabalho.

A materialização desta práxis advém da pesquisa de trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, que investigou os seguintes questionamentos: Como se deu a experiência do curso de informática para a comunidade quilombola de Itancuã-Miri? Como decorreu a expectativa da comunidade durante a formação do curso de informática? E qual o nível de satisfação dos alunos em relação ao curso e suas expectativas em relação ao futuro como um elemento que possibilite uma ocupação no mercado de trabalho?

Nessa direção, pôde-se acompanhar as ações de extensão desde de março do ano de 2023 junto aos segmentos populares, em especial os sujeitos representados pelo público de Itancuã-Miri, em que o PARU desenvolveu trabalho de assessoria pela via da capacitação técnica do curso de informática básica.

Reitera-se que, esta prática advém do trabalho de assessoria do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) vinculado à Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. O PARU desenvolve extensão universitária alicerçada no tripé ensino-pesquisa-extensão desde os anos de 1994.

A partir da emergência do debate acerca da especificidade da dimensão educativa do serviço social em que “o assistente social, ao trabalhar com grupos e classes sociais, se coloca como facilitador das transformações sociais”. Ou seja, “a dimensão da sua prática é coletiva” (Giaquetto, 2015, p. 22).

Diante de tais colocações, apresenta-se o projeto “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB” que tem em sua interlocução de execução o PARU. Desse modo, as ações do projeto tiveram como objetivo capacitar os jovens para inserção no mercado de trabalho a partir do curso intitulado “Informática Pai D’Égua”.



É neste contexto, portanto, que se apresenta a experiência do Curso de Informática que se desenvolveu a partir da formação da turma de aproximadamente 30 (trinta) alunos da comunidade quilombola de Itancuã-Miri.

O desígnio teórico-metodológico de análise para construção deste trabalho se desenvolve a partir do materialismo histórico e dialético. Este instrumento analítico é imprescindível para assimilar os movimentos de totalidade urbana e social amazônica na mediação com os processos particulares e singulares das expressões da questão social.

Diante disto, "o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida, social, político e espiritual, ou seja, é a rede específica de relações de produção, em que os indivíduos estão mergulhados que determina a sua consciência" (Germinal, 2020, p. 62).

Os procedimentos metodológicos advêm de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e de experiência de campo, no acompanhamento dos sujeitos no decurso do curso de informática desenvolvido no segundo semestre de 2023. Desse modo, a pesquisa bibliográfica se fez por meio dos estudos de: FORPROEX (2006), Matos (2010), Portela et al. (2020), Vasconcelos; Bega (2018) entre outros.

Já a pesquisa documental se fez de análise de Relatórios de atividades extensionistas, no período de execução do curso de informática, Planos de trabalho de bolsista de extensão, Acervos de atividades do Programa, PARU. O levantamento de dados empíricos repercutiu do Acompanhamento das atividades extensionistas junto aos alunos da comunidade quilombola de Itancuã-Miri, Entrevista semiestruturada com os alunos da comunidade quilombola, ressalta-se que foi realizado a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo procedimento ético, Transcrição e tratamento dos dados.

Portanto, a estrutura do trabalho se distribui nesta introdução; na discussão sobre as ações universitárias do Programa de Apoio à Reforma Urbana da Universidade Federal do Pará, que apresentam as ações extensionista do Projeto Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém, destacando o nível de satisfação dos alunos da Comunidade Quilombola de Itancuã-Miri do município de Acará, do estado do Pará, em relação ao Curso de Informática Básica.

Por fim as considerações, que apontou a importância para o acesso a novas oportunidades em processos de intervenção coletivos visando a criação de ações empreendedoras em que os sujeitos passam a instrumentalizar suas práticas com inovação e proatividade, aproveitando iniciativas

produtivas existentes nas comunidades. Sendo assim, o curso contribui para a potencialização dessas iniciativas, melhorando suas ações para aumentar os benefícios sociais, econômicos e coletivos.

AÇÕES UNIVERSITÁRIAS DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (PARU/UFPA)

A Universidade Federal do Pará, por meio da socialização do conhecimento vem elaborando ao longo da sua existência e efetivação o compromisso com o desenvolvimento social, mediante o desafio de ampliar sua interação com a sociedade na qual está inserida.

Diante do exposto, considera-se que a indissociabilidade da Extensão, do Ensino, e, da Pesquisa se realiza pela democratização do saber acadêmico, pela visão integrada do social, segundo Forproex (2006) na obra “Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão” apresenta que foi a partir dos anos de 1980, após desdobramentos pelos quais a democracia brasileira atravessou lutas sociais significativas no processo de redemocratização, houve o fortalecimento da sociedade civil que propiciou uma nova configuração para os conceitos de Universidade e Cidadania. Nessa perspectiva:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social (Forproex, 2006, p. 21).

E pela via do Regimento Geral do CONSEPE, em seu capítulo VII, art. 192, a respeito da extensão, pode-se apontar que:

A Extensão é um processo educativo, cultural e científico articulado ao ensino e à pesquisa, de modo indissociável, que promove a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade por meio de ações acadêmicas de natureza contínua que visem tanto à qualificação prática e à formação cidadã do discente quanto a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida (Consepe, 2006, p.55).



Segundo o Forproex (2006), é por intermédio de programas e projetos de extensão que há trocas de saberes, acadêmicos e populares, viabilizando, assim, o desenvolvimento da formação crítica docente e discente com o fortalecimento de políticas públicas. Portanto, esse movimento contribui para o exercício da cidadania fomentando o estreitamento dos vínculos entre universidade e sociedade, sendo esse um caminho a ser percorrido.

Desse modo, o processo de aprendizagem passa a basear-se e a depender de observações próprias, de atitudes reflexivas, questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la. Criam-se, dessa forma, condições para que a formação do estudante não fique restrita aos aspectos técnicos, formais e passe a contemplar seus aspectos sociais e políticos, promovendo a conscientização crítica. O conhecimento existente, ou o que está sendo construído, é produto de um contexto social determinado, podendo ser utilizado tanto no sentido da consolidação das exclusões sociais como da sua eliminação (Forproex, 2006).

Diante do exposto, entende-se que a extensão universitária resgata junto à sociedade, o seu papel político e o processo educativo de engajamento dos discentes e docentes em consonância com os setores populares, permitindo a condensação de forças sociais na articulação de práticas coletivas concretas (Sá; Cruz; Costa 2005). Nessa direção, a extensão universitária tem função social no processo de desenvolvimento econômico, cultural e político da região na qual está inserida. Logo, a prática se materializa por intermédio de distintas ações multidisciplinares para atender pleitos e demandas da sociedade através de assessoria, qualificação e prestação de serviços à comunidade na perspectiva de inclusão social (Vasconcelos; Bega, 2018).

À própria conceituação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão demonstra que é preciso ter clareza, então o ensino, pesquisa e extensão não devem ser vistos como objetivos ou funções da universidade, mas como atividades que, de forma indissociada, dão concretude ao que é de fato o seu objetivo, sua missão: produzir e sistematizar o conhecimento e torná-lo acessível (Forproex, 2006).

Diante disto, a participação popular se apresenta no processo de redefinição entre o público e o privado, ou seja, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso. Desse modo, “este campo é dado por contradições e resistências as quais tornam-se necessárias compreendê-lo para dar respostas a distintas expressões da questão social que se apresentam na trama da vida social” (Portela, 2005, p. 07).



Os avanços introduzidos pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária praticamente coincidiram com o início do processo de “abertura lenta e gradual” do Regime Militar. Indicando a revitalização da sociedade civil e da sociedade política brasileiras, no final da década de 1970 e início da de 1980, surgiram inúmeros movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais; foram feitas reformas na legislação partidária, que permitiram a criação de novos partidos políticos; e, por fim, foi aprovada a anistia política (Política Nacional de Extensão Universitária, p. 14, 2012).

Neste período, a luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi reelaborada a concepção de Universidade Pública, redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais. Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio. O entendimento era de que essa institucionalização deveria envolver toda a Universidade Pública (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

O conhecimento pode ser de fato apropriado por diferentes segmentos da sociedade. Assim, sob esta ótica, o ensino é essencialmente uma atividade na qual o conhecimento disponível é, do mesmo modo, apropriado pelos estudantes, sendo a pesquisa e a extensão as atividades voltadas para a produção e sistematização do conhecimento e para torná-lo acessível aos mesmos, possibilitando uma formação profissional cidadã (Forproex, 2006, p. 65).

Estas atividades não podem ser vistas como dissociadas das demais, ou seja, ao se praticar o ensino, à exceção da prática está também produzindo conhecimento tornando-o disponível, apropriável. Assim, a extensão, ao ser compreendida como experiência vivenciada na realidade social e não como mera prestação de serviços, é também uma atividade de ensino, pois envolve estudantes e tem um caráter educativo junto à população com a qual o trabalho está sendo desenvolvido (Forproex, 2006). Desse modo,

Envolve também a produção de conhecimento, que é uma etapa deste processo, na qual se procura compreender a realidade com a qual se está lidando. A pesquisa pode também ser vista como envolvendo processos de transformação da realidade quando não fica restrita à visão convencional mais ligada à produção de conhecimento novo nas áreas básicas. Embora um caso extremo possa ser a pesquisa-ação, é inquestionável que uma parte significativa dos projetos de pesquisa, principalmente nas áreas sociais e de humanidades, requer interações com os segmentos sociais. Deve, além disso, como discutido anteriormente, ser vista não apenas como princípio científico, mas educativo, um instrumento de diálogo à realidade e uma atitude investigativa a ser desenvolvida nos indivíduos. (Forproex, 2006, p. 67).

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e



Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (Forproex, 1987).

No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Política Nacional de Extensão Universitária, p. 14, 2012).

No que concerne à prática extensionista do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) pode-se considerar que, condizente com David (2018), desde os anos de 1992 o PARU é definido como Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão, iniciando trabalhos de assessoria aos movimentos sociais com o objetivo de contribuir na discussão sobre o Direito à Cidade e à moradia digna, configurando-se como espaço sócio-ocupacional em que o Serviço Social desenvolve trabalhos interventivos de assessoria técnica e política com a comunidade mediado pela via da extensão universitária e sua interlocução indissociável com o ensino e a pesquisa.

Neste contexto, a discussão sobre direito à cidade e a reforma urbana tornou-se objeto de pesquisas de interesse acadêmico na área, dentre as quais o campo do serviço social se apropriou, transformando-a em elemento de investigação e ação. Desse modo, o serviço social ao reformular seu projeto pedagógico na década de 1990 garante em sua matriz curricular a disciplina Movimentos Sociais e Serviço Social, visando assim, instrumentalizar os discentes para a prática da assessoria social e política enquanto possibilidade profissional junto a movimentos, organizações não governamentais, fóruns, frentes, campos de conflitos e interlocução com o poder público (SÁ; CRUZ; COSTA, 2005).

Nesta linha Silva (2017) o PARU inicia trabalhos de assessoria aos movimentos sociais e, posteriormente, estende - se aos órgãos governamentais e não-governamentais, como objetivo de contribuir para avanços na questão da discussão sobre o direito à cidade. Nessa direção, se constitui como campo de estágio profissional para alunos da Faculdade de Serviço Social (SILVA, 2016).

As atividades desenvolvidas por intermédio do Programa de Extensão PARU efetiva a assessoria do Serviço Social dentro e fora da academia, para além dos muros da universidade, por meio de ações que revelam não apenas instrumento didático-pedagógico, mas como também instrumento de luta, que são materializados em diversas ações de extensão e



assessoria como: reuniões, oficinas, seminários, capacitações, entre outros, possibilitando, assim, o mapeamento de expressões da “questão social (Portela; Cruz; Silva e David, 2020, p. 203).

O PARU, por meio de experiência acumulada, sinaliza o avanço das práticas extensionistas direcionadas por intermédio da manutenção de práticas investigativas e interventivas junto aos movimentos sociais, órgãos públicos e comunidades locais, no debate junto às demandas sociais com utilização de metodologia participativa (Portela; Cruz; Silva e David, 2020). Essa relação dialética do Serviço Social e os segmentos organizados é uma mediação diferenciada voltada para transformação social dos sujeitos fortalecendo na discussão da política, no alcance de conhecimento para fins de instrumentalização para as lutas que enfrentam cotidianamente diante do Estado e suas implicações (Portela; Cruz; Silva e David, 2020).

Nesse sentido, o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA) têm desenvolvido ações de extensão e de pesquisa que possibilitam o processo de formação sociopolítica e profissional, oportunizando a inserção de bolsistas e a realização de estágios.

Reitera-se que, para a região metropolitana, destacando as especificidades destas cidades no contexto particular amazônico, acompanhando, formando, capacitando e buscando fortalecer a organização social e política dos segmentos excluídos na luta pelo direito à cidade com a efetivação de outros direitos sociais básicos (saúde, cultura, mobilidade, educação, lazer entre outros).

Nesta perspectiva, no âmbito das políticas urbanas se faz necessário destacar um olhar para o segmento popular que vivem nas grandes metrópoles cidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social e econômica em geral que muitas vezes não tem oportunidade de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a importância do PARU é reafirmada por meio da assessoria que consiste em ação desenvolvida por profissional com conhecimento específico na área e toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alterá-la (Matos, 2010). Ademais, o PARU tem em seu bojo o viés da capacitação e formação sociopolítica aos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade, objetivando a maior participação cidadã, prioritariamente as demandas da população em situação de vulnerabilidade social (David, 2019).



A afirmativa acima demonstra a situação educacional dos jovens brasileiros que decorrem, em grande medida, do acesso restrito à educação infantil e da baixa efetividade no ensino fundamental, evidenciadas pela elevada distorção idade – série e pelos incipientes índices de conclusão deste nível de ensino. Desse modo, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo (anos de estudo) quanto em termos qualitativos (capacidades e habilidades desenvolvidas). Estas defasagens são agravadas pelas precárias condições socioeconômicas, que concorrem para manter baixo o rendimento dos estudantes e, não raro, ampliar as taxas de abandono escolar.

Segundo o relatório elaborado pela Fundação Amazônica de Amparo à Estudos e Pesquisas realizado em 2018, em parceria com a Fundação ProPaz, apresenta informações relevantes acerca das características dos jovens no Pará, informa que em relação aos dados de escolarização da juventude paraense, em 2015, 42% dos jovens tinham o ensino fundamental incompleto; os jovens com ensino médio completo eram 27,61%; com o ensino médio incompleto chegaram a 20,18%; jovens com ensino superior completo representavam somente 2,63%; e o quantitativo de jovens sem escolarização era de 2,15%. Além disto, considera-se o índice de baixa formação para adultos de 25 anos ou mais de idade que concluíram, no mínimo, o ensino médio passou de 47,4% em 2018 para 48,8% em 2019, em 2016 tinha o percentual de 45,0%, segundo a PNAD Contínua (2019).

Outro dado que assinala a influência dos padrões econômicos para o acesso à educação, diz respeito à quando perguntados sobre o principal motivo dos entrevistados terem abandonado ou nunca frequentado escola, aponta-se entre as respostas a necessidade de trabalhar como fator prioritário. No Brasil, este circunstancial chegou a 40,2% em 2022. Para este motivo, ressaltam-se os homens, com 51,6%, seguido de não ter interesse de estudar (26,9%). Para as mulheres, o principal motivo foi também a necessidade de trabalhar (24,0%), seguido de gravidez (22,4%) e não ter interesse em estudar (21,5%). Além disso, 10,3% das mulheres indicaram realizar trabalhos domésticos ou cuidar de pessoas como o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens, este percentual foi inexpressivo (0,6%) (IBGE, 2022).

Dentro desse contexto de desigualdade, de exclusão social de jovens e adultos, e desemprego com a precariedade das ocupações produtivas atualmente disponíveis, é importante capacitar para fazer a “transição para mercado de trabalho”, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho.



Mediante esta realidade, a experiência de extensão universitária do Programa de apoio à Reforma Urbana (PARU) contribui com o fortalecimento dos sujeitos no território promovendo, o exercício da participação e a inserção social. Nesse viés, a pesquisa-ação participativa, que o programa extensionista desenvolve, contribui para o reconhecimento dos sujeitos que aprendem por intermédio da ação ativa de seus conhecimentos existentes em resposta às suas experiências com outras pessoas e seu ambiente, ou seja, mediado pela aprendizagem social (Pinto, 2014).

Desse modo, a relação multiprofissional e interdisciplinar pela via da extensão universitária contribui para o processo de sustentação no aprendizado pedagógico contido na formação dos sujeitos envolvidos, sendo essa uma relação contínua e basilar, fundamental para prospecção na formação dos sujeitos no território imersos nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade capitalista (Portela; Cruz; Silva e David, 2020).

Diante de tais realidades, apresenta-se o projeto extensionista “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB” que objetivou capacitar jovens para inserção no mercado de trabalho a partir do domínio e uso de tecnologias digitais por intermédio do curso de informática. Este será desenvolvido na próxima seção.

O PROJETO DE EXTENSÃO POLÍTICAS URBANAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS QUILOMBOLAS DE ITANCUÃ-MIRI

O contexto de desigualdade social, de exclusão de jovens e adultos, e desemprego com a precariedade das ocupações produtivas atualmente disponíveis é uma realidade que se expressa no Brasil. Desse modo, é importante capacitar os sujeitos para fazer a “transição para mercado de trabalho”, procurando promover sua contratação possibilitando melhores oportunidades de trabalho.

No cerne desta realidade se apresenta o projeto extensionista Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém (RMB), que objetivou capacitar jovens para inserção no mercado de trabalho a partir do domínio e uso de tecnologias digitais por intermédio do curso de informática básica.

é importante considerar que o direito à cidade permeia no exercício de cidadania em que os direitos’ concretos vêm completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos na frente da democracia, quando de seus primórdios revolucionários, como os direitos das idades e dos sexos (a



mulher, a criança, o velho), os direitos das condições (o proletário, o camponês), os direitos à instrução e à educação, o direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação e entre outros. (Lefebvre, 1991). Logo, o direito à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura da vida urbana para se tornar o lugar de onde novas concepções podem ser pensadas (Harvey, 2013).

Deste modo, o direito à cidade se firma como um apelo, como uma exigência, a reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade, nessa direção, a necessidade e o "direito" à natureza contrariam o direito à cidade, pois “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito, mas pode ser pensado como direito à vida urbana, transformada (Lefebvre, 1991).

É nestes parâmetros que se apresenta o projeto extensionista Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém (RMB), que em seu contexto sócio-histórico advém da viabilidade de recursos financeiros mobilizados a partir de emenda parlamentar da Ex-deputada Estadual do Pará, em 2019, atual secretária executiva do Fórum de Mudanças Climáticas de Belém, Pará. O projeto para sua execução tem como âncora o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), na área da extensão e o Grupo de Pesquisa em Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA), ambos vinculados à Faculdade de Serviço Social - FASS (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

Este projeto de extensão se dispôs capacitar jovens para inserção no mercado de trabalho a partir do domínio e do uso de tecnologias digitais e empreendedorismo social, uma vez que vivemos em uma sociedade globalizada onde essas tecnologias digitais estão cada dia mais presentes nas vidas das pessoas, especialmente dos jovens (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

Para alcançar seus objetivos o projeto traçou metodologia, e diante da complexidade da problemática pôde-se contar com a formação de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Estatística, Geografia e Turismo, sendo essa equipe formada por docentes, profissionais liberais e discentes da graduação (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

Para a execução das atividades se firmou parceria do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) com o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais da Amazônia (GPPUMA), que é um dos grupos que compõem o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.



Neste sentido, o projeto extensionista seguiu uma metodologia que possibilitou o desenvolvimento das ações de extensão, articulado ao ensino e a pesquisa, desse modo, propiciou por meio de atividades a sistematização de informações favorecendo a produção de novos conhecimentos no campo do Serviço Social, Estatística, Geografia e Turismo como também a execução do mesmo (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

A projeção das ações do projeto extensionista Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém (RMB) tinha como intuito oferta de cursos de informática básica e empreendedorismo social para capacitação de jovens em situação de baixa renda moradores da Região Metropolitana de Belém, sendo realizados no Laboratório de Informática do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

A metodologia destacada acima se fez com a materialização do desenvolvimento da reunião preparatória realizada no mês de fevereiro do ano de 2023, sendo essa atividade de nivelamento dos membros da equipe de coordenação e dos seus colaboradores.

Desse modo, se fez presente o coordenador do projeto, os membros da equipe do projeto composto por colaboradores do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), da Faculdade de Turismo (FACTOR), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), e demais colaboradores como o coordenador do observatório de conflitos urbanos de Belém-UFPA e demais bolsistas de distintas faculdades, dentre elas do Serviço Social, da Geografia e da Estatística (UFPA, Relatório de Bolsista de Extensão, 2023).

Ademais, promoveu-se a solenidade e entrega de certificação das duas primeiras turmas formadas. Já o que foi indicado pela projeção da metodologia com a ampliação do curso para comunidades quilombolas específicas, de Abaetetuba e Acará, pôde-se apresentar a realidade contraditória, que notoriamente é demanda para este projeto. Desse modo, a Terceira Turma se estendeu para a população quilombola de Itancuã-Miri, que fica localizada no município do Acará, Pará, sendo sua distância da região metropolitana de Belém cerca de 48,2 km, via Alça Viária do Pará. Esta comunidade possui uma população de 544 pessoas, com composição, aproximadamente, de cerca de 96 famílias (Censo, 2022), que se encontram em situação fundiária titulada.

As particularidades vivenciadas por esse público estão na formação da Terceira Turma do Curso de Informática Pai D'Égua. Esta possui singularidades, e passaram pelo acompanhamento do



PARU via a realização do curso de capacitação Informática Pai D'Égua, que se iniciou no segundo semestre de 2023.

Nesse viés, portanto, a relevância da realização do curso de informática para esse público de Itancuã-Miri foram propositivas no avanço das práticas extensionistas do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), pois configura-se na transversalidade do trabalho de assessoria com os movimentos sociais populares, sendo esse um dos objetivos do programa, que consiste em manter práticas investigativas e interventivas junto a comunidades locais no debate em torno das demandas sociais utilizando metodologia participativa na elaboração do planejamento e implementação de políticas públicas.

Desse modo, explicitam as informações sistematizadas do Questionário de Avaliação do Curso de Capacitação em Informática aplicados com a Terceira Turma, que compreende a comunidade quilombola de Itancuã-Miri do município de Acará. Também, apresenta-se as perguntas e respostas que foram tratadas e organizada para explicitar como os sujeitos avaliam o curso e o nível de satisfação, tudo isso para evidenciar as expectativas no que diz respeito ao futuro, e em relação a possibilidade de avanços sobre a questão da ocupação no mercado de trabalho.

Quando se refere em conhecer o Programa de Apoio à Reforma Urbana, os entrevistados responderam na maioria que “não”, isso está exposto na fala a seguir: “Não, não conhecia. Eu fiquei sabendo através de uma aluna da nossa comunidade”. Como resultado dessa resposta foi interessante saber como se deu essa aproximação com o programa PARU, então, diante disso perguntou-se como se deu o contato com o Programa? O entrevistado respondeu: “Esse contato foi através de dois alunos, e existe uma parceira da comunidade, que está conosco há muitos anos”.

Percebe-se que teve aproximação por meio de uma técnica colaboradora do programa de extensão mantendo assim uma confiabilidade, uma vez que, o público-alvo não tinha conhecimento sobre o PARU. Diante disso, se fez o questionamento da importância desse programa para a Comunidade, o entrevistado respondeu: “Foi de grande importância, pelo fato das nossas dificuldades, e as nossas dificuldades que são diversas, e principalmente no sentido da informática, nessa oportunidade que muitos que não tinham, puderam participar, fazer esse curso, também pelo fato do certificado.”

Isto demonstra o que Matos (2010), afirma que a acessória consiste em ação desenvolvida por profissional que tenha conhecimento específico na área e toma a realidade como objeto de estudo



e tem a intenção de alterá-la. Outra resposta diz que: “Importância muito grande, para poder fazer os cursos que a nossa comunidade não tem condições de fazer, pois a nossa comunidade não tem estrutura”.

Ao observar a questão das dificuldades encontradas pelos sujeitos sobre o curso de informática, eles expressaram seus anseios em relação ao acesso à internet, ao computador e a falta de conhecimento, veja essa evidência nas falas a seguir: “Em relação ao acesso à internet, porque eu não tinha nem um tipo de conhecimento sobre informática” e “Antes do curso, eu nunca tinha pego em um computador, não sabia nada, então foi muita dificuldade. Recentemente estou com um celular, e agora que aprendi a mexer nas telas. Foi muito difícil pra mim antes do curso”.

Diante disso, foi importante questionar sobre a melhoria que o curso proporcionou após a participação deles. Este dado explicita-se na seguinte fala: “Melhorou muita coisa, você consegue ter uma certa independência, pois antes muita coisa eu tinha que ficar pedindo pros outros, hoje eu consigo fazer muitas coisas sozinho”.

Foi apontado também que o curso ajudou a aumentar a autoestima dos alunos entrevistados, ajudando os mesmos a terem uma maior independência em relação a informática básica, e como manusear os aparelhos que foram utilizados durante as aulas. A fala a seguir expressa esse dado: “Melhorou muito pra mim, porque já posso pesquisar as coisas no computador, já sei mexer 50% no computador.”

No que diz respeito a compreensão sobre o nível de satisfação traçou-se um percurso sobre as contribuições que o curso proporcionou para os alunos da comunidade quilombola. Esse resultado explicita-se nas seguintes falas: “A contribuição é que agora dentro da comunidade tem pessoas que entendem sobre mexer nos computadores. Nós ganhamos os equipamentos há alguns anos atrás, mas ninguém sabia mexer, então ficou sem uso, e acabamos perdendo os computadores” e “a contribuição é muito grande, porque muitos pais e mães participaram do curso, eles trouxeram isso para dentro da casa deles, para dentro da comunidade, e isso é muito importante, principalmente por serem jovens e adolescentes, ajudando a mexer no computador ou até mesmo no celular.”

Sobre as expectativas da comunidade referente ao que o curso proporcionou ou pretendia proporcionar. Nesse viés, aponta-se o seguinte fragmento: “É grande, porque tem poucas pessoas hoje que tiveram acesso a fazer um curso desse, e os que fizeram foi particular, não tínhamos nenhum



curso na Comunidade ou fora voltado para um grupo, como nós tivemos hoje. agora nós podemos considerar que tem gente que consegue mexer e que sabe lidar, pelo menos o básico”.

Ademais, como colocado anteriormente, a comunidade já teve equipamentos, porém por falta de conhecimento, os computadores ficaram sem utilidade, assim depois de um certo tempo pararam de funcionar, diante do exposto, traz-se a reflexão de Portela; Cruz; Silva e David (2020), sobre o alcance do conhecimento para fins de instrumentalização dos sujeitos. Logo os entrevistados mostram a importância de obter o conhecimento de informática básica.

Diante disto, percebe-se a importância do Projeto desenvolvido dentro do Programa de Apoio à Reforma Urbana, expondo que a extensão atua para a troca de saberes acadêmicos e populares, como colocado no Forproex (2006), contribuindo com os sujeitos no exercício da cidadania.

Logo, a extensão universitária atua socialmente no processo de desenvolvimento cultural, político e econômico, e para Vasconcelos; Bega (2018), é através da assessoria que se concretiza as ações multidisciplinares, pois essa atende as demandas da sociedade, qualificando assim a prestação de serviços à comunidade, tendo em vista a inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Curso de Informática vivenciado pela comunidade quilombola de Itancuã-Miri no município do Acará, Pará, é uma realidade materializada pela via do projeto “Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém RMB”.

Este projeto extensionista contribuiu para o fortalecimento dos sujeitos no território, como também, incentiva na busca por conhecimento e capacitação para possível inserção no mercado de trabalho, pois no decurso do projeto se explicitou a importância do envolvimento dos sujeitos no acesso à novas oportunidades de intervenção coletiva que visam a criação de ações inovadoras.

Esta iniciativa possibilitou elevar a autoestima desses sujeitos, dando a oportunidade de seguirem com os estudos melhorando nas limitações em relação a informática, instrumentalizando assim, a capacitação para inserção no mercado de trabalho, para obter mais independência sobre atividades relacionadas a aparelhos de computador, e visando o planejamento de futuro, com a projeção de projetos como esse, com novas turmas voltadas para quem não conseguiu fazer o curso



e que tem dificuldade para manusear os equipamentos utilizados em sala de aula. Logo, esta iniciativa eleva a autoestima dos sujeitos, sendo uma devolutiva para os jovens, adolescentes e adultos que moram na comunidade.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurício Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, 4º edição, São Paulo: Cortez; Brasília- DF; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

CENSO. **População quilombola de Itacoã-Mirim, Acará – Pará**. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

DAVID, Lidiane Maria Siqueira. **Assessoria, Serviço Social & Movimentos Sociais Urbanos: a experiência da Frente de Defesa das Bacias de Belém no Programa de Apoio à Reforma Urbana**, em 2017. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém / PA. 2018.

DAVID, Lidiane Maria Siqueira. **Assessoria do Serviço Social aos movimentos sociais urbanos em Belém - PA: a experiência da Assessoria ao movimento social urbano da Frente de Defesa das Bacias de Belém, no Programa de Apoio à Reforma Urbana**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: 40 anos da “virada” do Serviço Social! Brasília, 2019.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão de extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

GERMINAL, Claus. O Método Materialista e Dialético de Marx e Engels. **Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 45-76, out. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/lidid/Downloads/Germer-Omtodo-Germinal.pdf>. Acesso: em 10 jan. 2022.

GIAQUETO, Adriana (Org). **A dimensão educativa no trabalho social**. Jundiaí - SP: Paco Editorial, 2015.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. UNB. 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MATOS, Maurício Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. **Revista Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2010.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde. **Revista Katálisis** 3º Ed. 1998.



PARU. **Relatório de Atividade de extensão:** acompanhamento da Terceira Turma do Curso de Informática Pai D'Egua. Projeto Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém – RMB/PA, 2023.

PINTO, João Bosco Guedes. **Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação:** textos selecionados e apresentados. Organização: Laura Susana Duque-Arazola, Michel Jean Marie Thiollent. Editores e Revisores Farid Eid, Maria José de Souza Barbosa – Belém: UFPA/ICSA. 2014. Capítulo IV, p. 132-261.

IBGE. **PNAD Contínua 2017:** número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. Agência de Notícias IBGE, 18 maio 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 06 out. 2024.

IBGE. **PNAD Educação 2019:** mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência de Notícias IBGE, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://nada.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 06 out. 2024.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. UNB. 2000.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; COSTA, Solange Maria Gayoso. Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU: integrando o ensino, a extensão e a pesquisa. In: STOCKINGER, Silva da Costa (Org.). **Textos de Teoria e Prática de Serviço Social:** estágio profissional em Serviço Social na UFPA. Belém: V.2, Ed. Amazônia - UFPA. 2005.

SILVA, Milcilene Magalhães da. **Assessoria e Extensão Universitária: uma reflexão sobre a prática desenvolvida pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana no período de 2014 a 2016.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém / PA 2016.

UFPA/PARU, Programa de Apoio à Reforma Urbana. **Relatório de Atividade de Extensão Universitária**. Universidade Federal do Pará. 2019.

UFPA/PROJETO DE EXTENSÃO. POLÍTICAS URBANAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS NA RMB. **Plano de Trabalho de Bolsista de Extensão 2019.**

VASCONCELOS, Eliza Maria; BEGA, Maria Tarcisa. **Intervenções na cidade:** Relatos de experiência de pesquisa-extensão. Jundiaí. Paco Editora. 2018. p. 220.